

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

Crédito Rural

*Panorama de mercado e
propostas para o PAP 2021/22*

Junho/2021

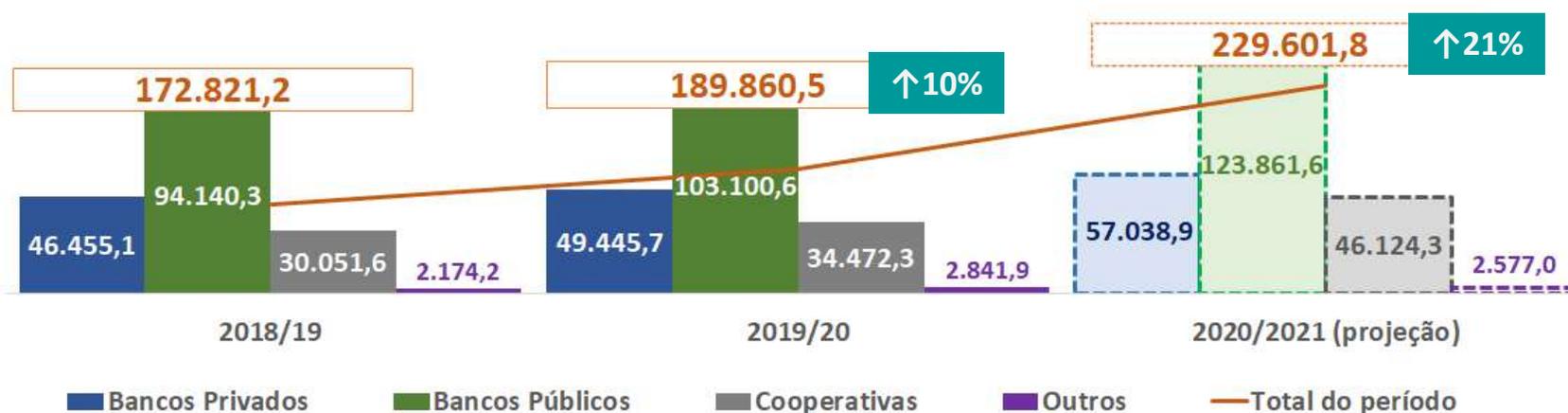
Panorama atual de mercado - Crédito rural



Crédito Rural – volume de contratação por tipo de agente

A política agrícola atual tem buscado a diversificação do crédito rural, com foco na priorização de recursos controlados para pequenos e médios produtores e estímulo a fontes de mercado. No ano agrícola atual, nota-se um aumento expressivo no volume de crédito rural contratado.

Volume de contratações de crédito rural por tipo de Instituição (R\$ milhões)



Ano agrícola atual
(julho/20 a março/21)

R\$ 168.851,0
milhões

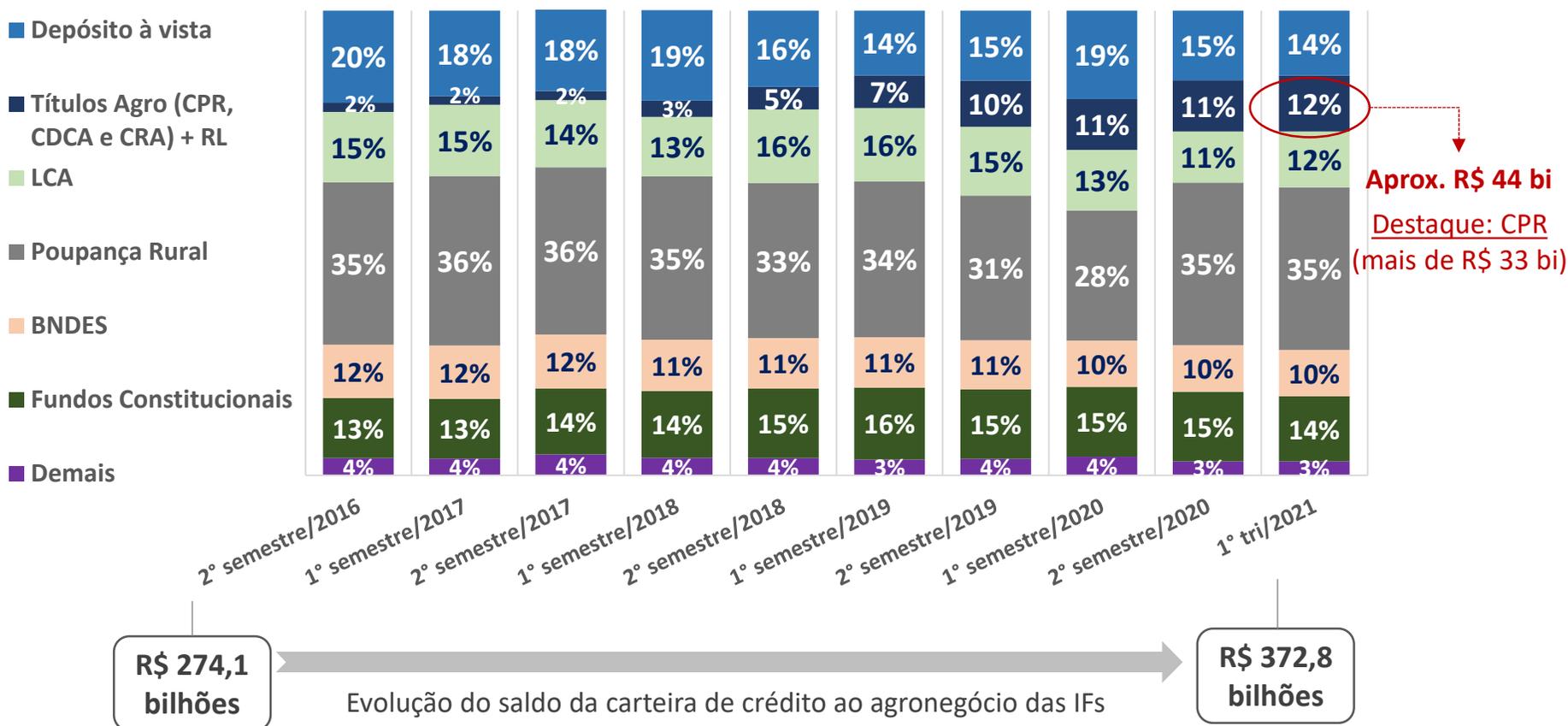
↑20,8% em relação ao mesmo período em 2019 (R\$ 139.398,9 milhões)

- Bancos públicos: R\$ 88.071,1 (↑20,2%)
- Bancos privados: R\$ 44.690,5 (↑15,5%)
- Cooperativas: R\$ 33.402,9 (↑33,8%)
- Outros: R\$ 2.686,5

Crédito Rural – composição das fontes de recursos

Participação das fontes em relação ao total contratado de crédito rural por período (%)

Nos últimos anos agrícolas, verifica-se a ampliação do volume de contratações de crédito rural por meio de fontes de mercado, com destaque para os títulos do agronegócios, em especial a CPR.



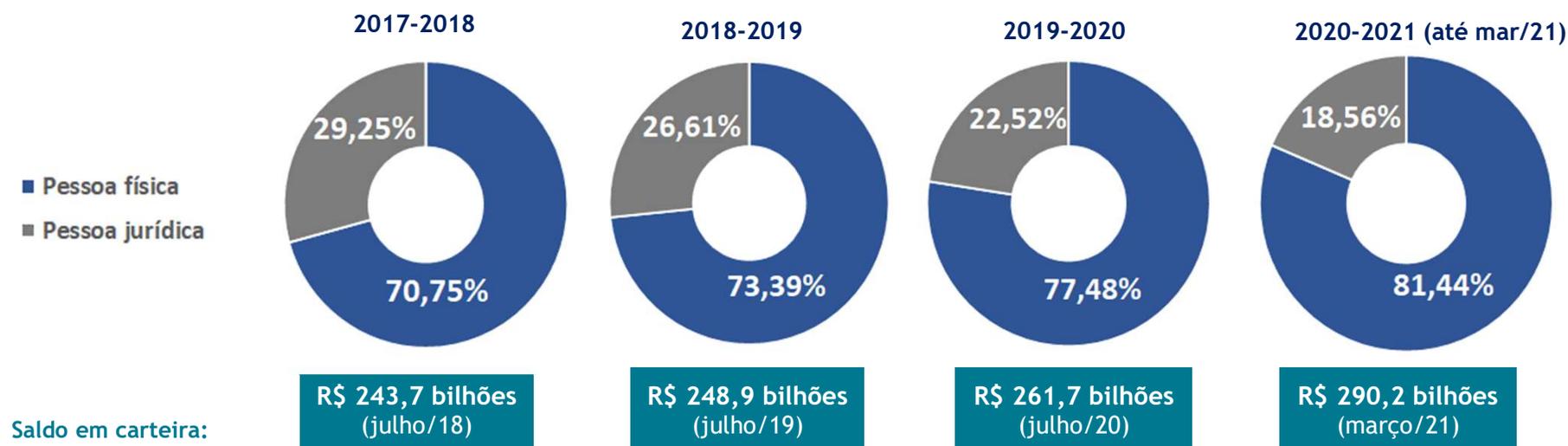
Fonte: Pesquisa de crédito rural FEBRABAN (realizada junto às IFs integrantes da Comissão Setorial de Crédito Rural).

Apesar dos altos custos de observância, os bancos vem cumprindo com o papel de direcionar recursos, conforme políticas agrícolas do MAPA aplicadas pelo BC.

R\$ 290,2 bilhões
(saldo em carteira dos recursos direcionados - março/21)

Crescimento da carteira de crédito rural se mantém constante ao longo dos últimos anos agrícolas. **De julho/18 a março/21 cresceu mais de 14%.**

Além disso, o crédito rural para PF é o mais representativo e vem ampliando sua participação: **atualmente mais de 81% dos recursos direcionados.**

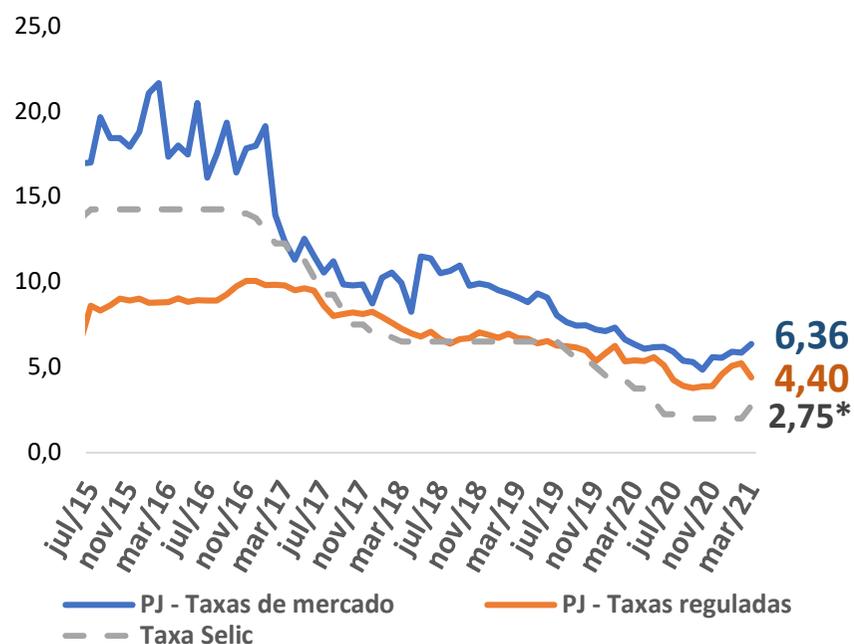


Fonte: Banco Central do Brasil

Crédito Rural – comparativo de taxas de juros livres e direcionadas

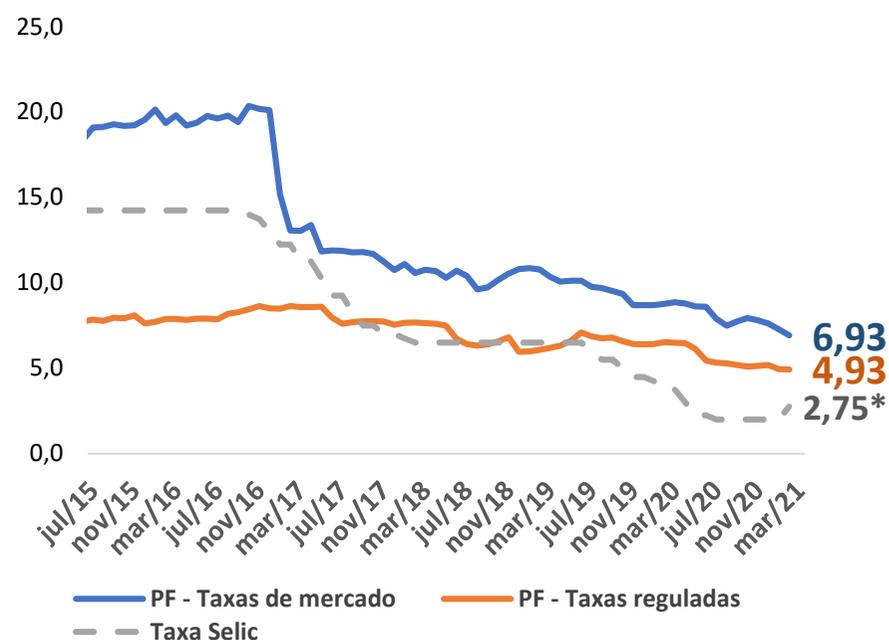
A queda da taxa Selic tem levado a uma convergência das taxas de juros reguladas e de mercado, em ambos os segmentos (PF e PJ), aumentando a atratividade das linhas com recursos livres.

Taxas de juros do crédito rural (% a.a.) – PJ



Taxa média – PJ (Crédito rural total): 5,37% a.a.

Taxas de juros do crédito rural (% a.a.) – PF



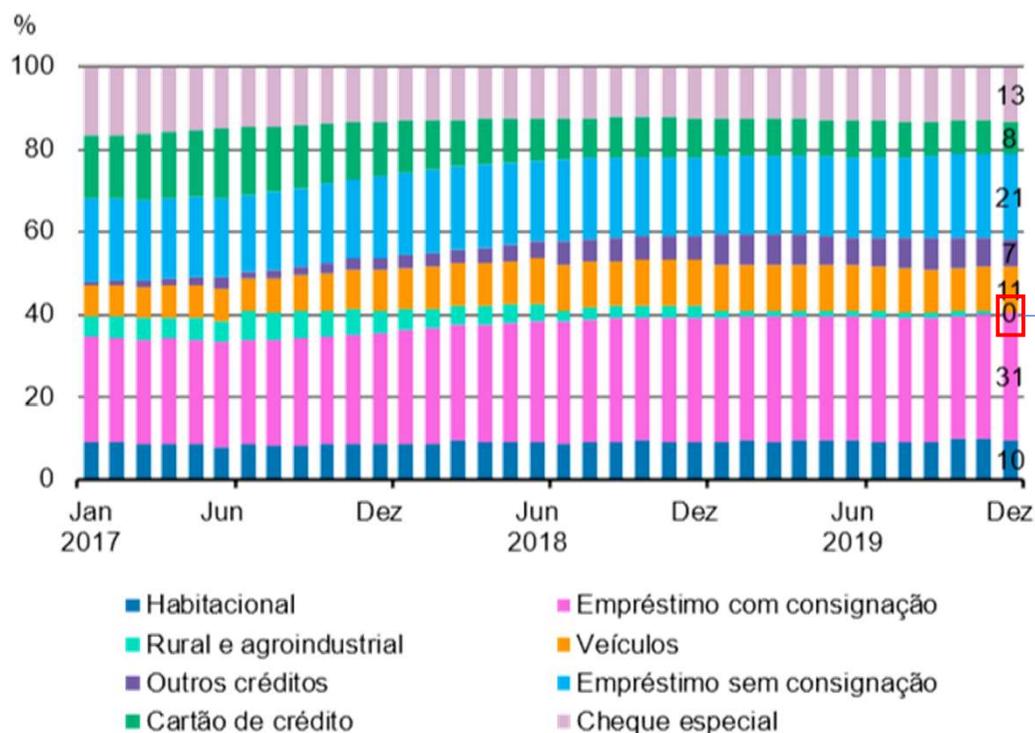
Taxa média – PF (Crédito rural total): 5,40% a.a.

(*) Em maio/21, a taxa Selic foi alterada para 3,50% a.a. (patamar atual).

Fonte: Banco Central do Brasil (séries temporais).

Crédito Rural – margem de contribuição

Os custos de observância do produto tem contribuído para diminuir a margem de contribuição do produto junto aos bancos que operam com o produto.



Grande pressão na margem de contribuição do produto no *mix*, em função do teto de taxa e alto custo associado ao produto.

- É possível perceber que nos últimos anos, mesmo entre os produtos que possuem direcionamento de recursos, o crédito rural é o que contribui menos para a rentabilidade do *mix* de produtos de crédito.
- Este fato contribui para que exista cada vez menos participantes dispostos a trabalhar com o produto.

Crédito Rural – conclusões quanto ao cenário atual

- **Os bancos, apesar de extrema pressão na margem, aumentaram o volume de desembolsos em operações com recursos controlados para produtores PF** (uma vez que existem regras rigorosas para as instituições que apresentarem deficiência na aplicação desses recursos).
- Enxergando oportunidade no segmento, os **bancos aumentaram a oferta de produtos a produtores PF com recursos livres, mais simples de serem operacionalizados**. Contribuiu decisivamente para este quesito o fato da taxa básica estar em patamares historicamente baixos.
- **Os custos de observância das operações de crédito rural, baseados em um processo implantado há muitos anos, tem dificultado as possibilidades de desenvolver processos mais eficientes**. Este círculo vicioso impede que existam mais bancos interessados em trabalhar no segmento com recursos direcionados, limitando a oferta de recursos aos produtores rurais.

É necessário trabalhar na busca por formas mais eficazes de se levar os recursos com o custo certo e a quem mais precisa dele.

Crédito Rural – atuação institucional

Algumas de nossas principais frentes de atuação recentes:



Propostas - Plano Agrícola e Pecuário 2021/22



Plano Agrícola e Pecuário 2021/2022 – envio de propostas ao MAPA

Ofício enviado ao Ministério da Agricultura , elencou um rol de propostas segmentadas em blocos:

Modernização e simplificação do fluxo de concessão

Reiterar propostas submetidas em setembro/20 a um GT constituído pela FPA, para desburocratização do crédito rural.

Aspectos de exigibilidades (elevação do DAV)

Evidenciar impactos previstos diante do cenário de elevação do DAV, sugerindo a necessidade de revisão dos percentuais atuais.

Aspectos de sustentabilidade

Sugestões dos fóruns de sustentabilidade da FEBRABAN: incentivo ao programa ABC e consolidação de programas para objetividade na oferta de produtos com benefícios ambientais.

Demais pleitos (melhorias em condições gerais)

Aprimoramentos nas condições de produtos/linhas e no crédito ao agronegócio. Sugestões em destaque: atualizações para estímulo ao Pronaf e Pronamp, e ampliação de recursos no crédito para investimento agrícola.

Modernização e simplificação do crédito rural

A FEBRABAN possui um conjunto de considerações e propostas do setor bancário voltadas à modernização do crédito rural, segmentado em duas frentes: simplificação do fluxo de concessão com recursos oficiais, e avanços nos aspectos de regulação prudencial.



Propostas em destaque (simplificação de processos)

- **Viabilização de uma plataforma integrada de dados oficiais do financiamento agropecuário como ferramenta para maior eficiência na concessão do crédito rural**

Atualmente o enquadramento de uma operação exige informações, certidões, declarações, registros. Por meio de uma base compartilhada (“bureau”) de dados oficiais, sob gestão do MAPA, de fácil acesso e de forma digital para consulta, o processo de concessão do crédito pode ser mais eficiente, reduzindo custos de observância das IFs e beneficiando o produtor.

- **Fiscalização: retirar obrigatoriedade do processo de fiscalização do crédito rural com recursos controlados.**

Em nossa visão, o produtor é quem possui autonomia e responsabilidade pela utilização e destinação dos recursos. Em caso de desvios de finalidade, deve ser responsabilizado. A ideia é que bancos possam monitorar as operações de forma facultativa, conforme suas políticas.

Contexto: atualmente 27,5% do volume médio de compulsório de depósitos à vista (DAV) do ano agrícola anterior são destinados ao crédito rural. No próximo ano (2021/22) será de 25%. Bancos tem a exigência de legal de aplicar tais recursos na contratação de operações, especialmente Pronaf e Pronamp.

Preocupação: aumento significativo do volume de DAV. Reflexo será uma maior dificuldade do setor em cumprir as exigibilidades, e um descasamento entre oferta e demanda de recursos.

Ano agrícola atual (2020/2021) – Valores em R\$ mil

%DAV	27,5%	
Média do DAV (jul/19 a jun/20)	206.018.182	
Redutor	(200.000)	
Exigibilidade Total	56.600.000	
Subexigibilidade Pronaf	22%	12.452.000
Subexigibilidade Pronamp	28%	15.848.000
Exigibilidade Geral	50%	28.300.000

Próximo ano (2021/2022) – Valores em R\$ mil

%DAV	25,0%	
Média (momentânea: jul/20 a mar/21)	293.924.441	
Redutor	(200.000)	
Exigibilidade Total	73.431.110	
Subexigibilidade Pronaf (projeção)	22%	16.154.844
Subexigibilidade Pronamp (projeção)	28%	20.560.711
Exigibilidade Geral (projeção)	50%	36.715.555

- Sugerido que MAPA e BC possam implementar medidas de ajustes ao mecanismo atual de cumprimento das exigibilidades pelas instituições, assegurando o pleno acesso dos produtores aos recursos do Pronaf e Pronamp durante o próximo ano agrícola.

Aspectos de sustentabilidade

Propostas elaboradas em parceria com a Agroícone, e adaptações após debates conjuntos com os bancos associados à FEBRABAN

- **Simplificação e consolidação na oferta de programas a partir da fusão de linhas do Moderagro e Inovagro ao Programa ABC. Sugere-se também a criação de um subprograma no ABC voltado a “recuperação de solos”.**

A inclusão de produtos com benefícios ambientais no escopo do Programa ABC ampliaria o reconhecimento pelo produtor sobre a contribuição do Programa para uma agropecuária mais sustentável, e além disso facilitando sua rotulagem como crédito verde.

- **Aumento de recursos do BNDES para o Programa ABC**

Entendemos que há espaço para um maior crescimento, com o movimento de capilarização de agências de Bancos Cooperativos e Cooperativas Agrícolas para o interior do país. Nos últimos anos os recursos disponibilizados ao BNDES para o Programa tem se esgotado rapidamente.

- **Estimular investimentos em energia renovável nas propriedades rurais**

Permitir tais financiamentos pode fomentar um processo de inovação nas propriedades rurais, facilitando a inserção em oportunidades de negócios associadas à Economia Verde.

Demais pleitos

(alguns exemplos do rol de propostas elencadas para melhorias em condições gerais)

- Atualização das condições aplicáveis ao Pronaf e Pronamp para estímulo aos Programas.
- Ampliar recursos para os programas de crédito para investimento (com repasses do BNDES).
- Universalização na contratação do crédito rural por modalidades.
- Avançar com a modernização do arcabouço legislativo do crédito rural (exemplo: Decreto Lei 167, de 1967).
- Possibilitar a utilização de recursos obrigatórios (RO) para outras finalidades (como por exemplo: para operações de FGPP e junto a demais produtores).
- Elevação do limite de crédito por beneficiário.
- Funcafé – Capital de Giro (permitir que o fluxo de pagamentos possa contemplar até duas parcelas mensais, mantendo a multiplicidade de 6 meses).
- Demais sugestões para simplificação de processos operacionais.